

Atuação de "moderados" agrada a Sarney, diz ministro

Janio de Freitas

A novidade não inova

Antes do final do mês estará concluído na Comissão de Sistematização, para ser mandado ao exame do plenário, o anteprojeto da nova Constituição, segundo levantamento cronológico feito ontem pelas lideranças do PMDB. Este prazo bloqueia o êxito da manobra que também ontem obteve, e até ultrapassava, as 200 assinaturas para pedir a alteração do Regimento da Constituinte, na qual o Planalto e os conservadores depositaram as esperanças de invalidar aprovações da Sistematização, como o parlamentarismo.

Com a conclusão do anteprojeto naquele prazo, sua remessa ao plenário esvaziaria o "projeto de resolução" para emenda do Regimento, cuja apreciação vai requerer prazo idêntico.

Muitos dos signatários do pedido incorporaram-se aos conservadores e sarneyzistas sem que tenham uma nem outra destas posições. Dentre eles, por exemplo, figuram muitos peemedebistas insatisfeitos com o Regimento que, nesta fase de trabalhos concentrados na Sistematização, deixou-os carentes de atividade. Resentidos com isso, desejaram participar de um movimento com ares de rebeldia, mais como alerta dirigido aos grandes dirigentes do que pelo propósito, mesmo, de subverter os trabalhos da Constituinte ou sujeitá-la a impasses. Suas assinaturas, no momento decisivo, deixariam de ser confirmadas em grande número.

Outras razões levaram ainda a apoiar o pedido de alteração do

Regimento sem, no entanto, implicações com os projetos do Planalto. Uma destas razões, para citar um caso dentre vários, foi o desejo de que voltem a ser apreciados os destaques que a Comissão de Sistematização deixou de examinar. Inúmeros constituintes trabalharam na elaboração destes destaques, que obviamente reputam importantes, e acordos de lideranças os excluíram da lista de prioridades da Sistematização.

Nada disto quer dizer, porém, que cessem ou sejam atenuadas as pressões contrárias às matérias já aprovadas pela Sistematização. E até mesmo contra todo o anteprojeto. A união de conservadores em geral, comandados do Planalto em particular e influentes figuras do empresariado, com os instrumentos poderosos de que dispõem, forma um conjunto de forças resistentes. Mas, como diz o deputado João Hermann, as restrições à demissão imotivada constituem pólo aglutinador para este contingente como a reforma agrária aglutina o pessoal da UDR.

E se as lideranças políticas, sindicais e empresariais puderem delinear garantias ao assalariado equivalentes às aprovadas, mas com outra modalidade, a ofensiva contra o Regimento e o anteprojeto esvazia-se de um momento para outro.

As ameaças à Constituinte persistem, mas não se agravaram só pela obtenção das assinaturas para a reforma do Regimento, como se supôs que ocorreria.

Da Sucursal de Brasília

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, 44, afirmou ontem que o presidente José Sarney "vê com bom olhos" a atuação do grupo suprapartidário de "moderados" no Congresso constituinte, que tenta derrubar o substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) através de projeto de resolução que permita a apresentação de um novo substitutivo.

Costa Couto disse ainda, durante entrevista em seu gabinete, no início da noite, que as emendas apresentadas até agora em todas as etapas do Congresso constituinte podem resultar em vários textos constitucionais. Evitou, porém, manifestar apoio explícito da Presidência da República ao substitutivo que deve ser preparado pelos "moderados". "Não se pode apoiar algo que não existe", disse o ministro.

O ministro-chefe do Gabinete Civil também criticou o "destaque" dado pela imprensa à questão do sistema de governo que deve vigorar no país. Segundo ele, existem questões mais importantes a serem resolvidas neste momento.

Apoio dos governadores

Ronaldo Costa Couto disse também que o presidente José Sarney "prefere considerar o apoio espontâneo e escrito dos governadores, após a reunião do Rio de Janeiro em outubro", ao ser perguntado sobre o início de um recuo dos governadores com relação ao mandato de cinco anos para Sarney, conforme noticiado ontem pela Folha.



Psicodrama constituinte

Senado hostiliza discurso de Pacheco

ALEXANDRE POLESÍ
Repórter da Sucursal de Brasília

O editor, poeta e literato Alvaro Pacheco não teve sorte na última terça-feira à noite, quando assumiu a cadeira de senador pelo Piauí, no lugar do novo ministro da Educação, Hugo Napoleão. Pacheco surpreendeu o plenário transformando seu discurso de posse, um mero ato formal, num ataque ao Congresso constituinte e ao texto da Comissão de Sistematização. Recebeu em resposta a hostilidade de todos os demais oradores, até do líder de seu próprio partido, Carlos Chiarelli (RS).

Pacheco, logo no começo, não escondeu sua amizade com o presidente José Sarney. Como resultado, deu a impressão de que falava no plenário o que, talvez, Sarney gostaria de dizer aos senadores que o criticam. Acabou ouvindo o que, talvez, os senadores gostariam de falar ao presidente. "Ele quis ser mais sarneyzista do que o Sarney", disse o senador José Fogaça (PMDB-RS).

Na abertura de seu discurso, Pacheco disse que acompanha os políticos há 35 anos, "como jornalista, editor, intelectual e assessor parlamentar", mas que sua verdadeira ligação com a política é literária e provém da amizade de longos anos com o presidente Sarney. "Minha ligação mais estreita não se origina na política, mas na literatura e na poesia, pois antes de conhecer o político José Sarney, foi a literatura que nos uniu."

Elogios

E passou a elogiar Sarney — "um modelo parlamentar" e "um ferrenho defensor do Poder Legislativo" —, passando daí para as críticas ao Congresso constituinte. Começou dizendo que a Emenda número 26 (de novembro de 1985), que convocou o Congresso constituinte, teve apenas o objetivo de "dar ao Congresso funções de reforma constitucional".

Depois, chamou de "subvertido" o texto da Comissão de Sistematização, cujos membros foram acusados de serem "privilegiados", que "transformaram o plenário em simples organismo homologatório" e os demais 466 constituintes, em "constituintes de segunda classe". Por fim, chamou de "inconstitucional e esdrú-

xulo" a tentativa (cancelada ontem) de se acumular reuniões da Sistematização com reuniões de todo o plenário. Defendeu, então, "a soberania do plenário", para que a nova Constituição seja "livre e soberana".

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB, retirou-se do plenário durante o discurso de Pacheco. Depois, pegou o microfone e fulminou: "Até me retirei para não terminar de ouvir o que aqui se disse. Como líder do PMDB lhe darei a resposta. Só não o faço agora porque apesar de tudo, para mim, a política tem regras de cortesia. Se V. Exa. não teve a cortesia de nos poupar de ouvir o que ouvimos, eu a terei com V. Exa."

Réplicas

Quem começou a série de réplicas foi o senador Jamil Haddad (PSB-RJ). Pegou o microfone e disse que Pacheco queria "denegrir a Comissão de Sistematização". Nelson Carneiro (PMDB-RJ) foi irônico. Começou registrando um escorregão de Pacheco, quando este disse que, entre os fatos políticos de que participou, estava "o suicídio de Vargas".

"Surpreende-me que quem aqui chega afirmando que participou do suicídio de Vargas faça críticas aos poderes conferidos à Constituinte e reduza sua missão a uma simples reforma constitucional", disse Carneiro. Pediu então ao presidente do Senado, Humberto Lucena, que desse uma "explicação" a Pacheco. "É possível que um orador tão ilustrado não distinga entre uma Constituinte e uma reforma constitucional. Por isso peço ao presidente desta Casa que ensine a diferença ao nobre senador."

O senador Carlos Chiarelli, líder do PFL, foi polido: "Dentro dos princípios e normas que regulam o debate parlamentar, V. Exa. sobretudo pecou pela afoiteza e pelo açodamento. Jogou muito na preliminar e no treino, quando deveria guardar energias para a hora do jogo."

Por fim, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) disse que "o silêncio que o PDS hoje quer manter não significa aquiescência a nenhum dos conceitos aqui emitidos". Pacheco ouviu tudo em silêncio. O início dos cumprimentos ao novo senador começou às 21h42. Apenas dois minutos depois, às 21h44, a sessão recomeçava.



O senador Alvaro Pacheco (PFL-PI)

Votação do mandato de Sarney depende da aprovação do plenário

Embora a Comissão de Sistematização tenha fixado um mandato de cinco anos para os presidentes da República, continua indefinida a duração do mandato do presidente José Sarney. No capítulo das Disposições Transitórias, o relator Bernardo Cabral fixa um mandato de cinco anos, mas a comissão tem de dar seu aval.

A votação do mandato de Sarney (prevista para daqui a quinze dias) não será definitiva. Mesmo que o

mandato de Sarney seja encurtado para quatro anos, o plenário do Congresso constituinte poderá optar por cinco anos ou até mesmo seguir o prazo da Constituição em vigor, que dá seis anos para Sarney. A grande batalha, entretanto, é na Comissão de Sistematização, visto que é muito mais fácil aglutinar 47 votos (a maioria na comissão) do que arrematar 280 votos no plenário do Congresso constituinte.